



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 573ª E QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA DA GESTÃO 2025/2028 DO
2 CONRERP6. Aos 29 (vinte e nove dias do mês de Julho de 2025), em formato híbrido, a diretoria eleita
3 triênio 2025/2028, reuniu-se para a sua 573ª (quingentésima setuagésima terceira) reunião ordinária e a
4 quinta reunião plenária da gestão 2025/2028. **Presenças:** André Aureliano de Sousa, Presidente; Adriano
5 Wambier Gusso, Tesoureiro; Raquel Zubiaurre Reschke, Secretária-Geral. Conselheiros Efetivos: Gustavo
6 Gusso, Mateus Pacheco, Luiz Fernando de Souza – Conselheiros Suplentes: Elizabeth Dounis Vinchon,
7 Luciana Hage, Telmo Octávio Conconi, Marcos Aurelio Duarte, Gabriel Aranha – Assessor Jurídico, Maria
8 Lúcia Dutra – Ass da Diretoria e Tony Clébio Granjeiro, Auxiliar Administrativo **1. ABERTURA.** O Presidente
9 André Aureliano, agradeceu a presença de todos os participantes, ressaltando a importância da
10 colaboração e engajamento de cada um. Em seguida passou para o cumprimento da pauta. **2. Aprovação**
11 **da Ata nº 572ª de 28/05/2025.** A ata foi enviada para manifestação dos Conselheiros, e como não houve
12 retornos, foi aprovada e publicada no site. **3. TESOURARIA:** O Presidente deu conhecimento aos
13 Conselheiros sobre a situação da tesouraria. **a) Saldo em Conta Corrente:** R\$ 7.993,52 (sete mil
14 novecentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos), **b) Aplicação:** R\$ 80.045,44 (oitenta mil
15 quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) **c) Saldo total:** R\$ 88.038,96 (oitenta e oito mil trinta e
16 oito reais e noventa e seis centavos). Foi necessário um resgate de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no dia
17 28.07.2025, ficamos com um total de R\$ 78.038,96 (setenta e oito mil trinta e oito reais e noventa e seis
18 centavos). O Presidente enfatizou a importância da avaliação mensal das finanças do Conselho, com a
19 presença do contador. Este apresenta uma visão geral da situação financeira, permitindo a análise da
20 saúde financeira da entidade. O Presidente ressaltou que, tradicionalmente, no início de cada ano,
21 especialmente no primeiro trimestre, temos observado uma arrecadação considerável. Contudo, no
22 terceiro trimestre, observamos uma queda acentuada na arrecadação, neste contexto, a nossa Assessoria
23 Jurídica está realizando um trabalho de cobrança que já é amplamente conhecido entre todos. Esse
24 esforço tem sido crucial, proporcionando uma sobrevida financeira à nossa instituição. Atualmente,
25 enfrentamos uma realidade financeira bastante crítica, uma vez que temos despesas fixas que totalizam
26 cerca de R\$ 20.000,00. É importante destacar que esses gastos são reais e demandam atenção urgente
27 para que possamos garantir a continuidade de nossas operações. O Presidente comentou que é
28 imprescindível que tenhamos uma base sólida para a manutenção do Conselho. Estamos lidando com
29 despesas fixas, como custos relacionados aos servidores e infraestrutura. Neste contexto, estamos
30 adotando uma abordagem cautelosa e responsável em relação aos gastos do Conselho. Atualmente,
31 enfrentamos um momento delicado, pois nossa situação financeira está comprometida. Por isso, solicitou
32 a colaboração de todos os conselheiros. Estamos empenhados em desenvolver uma estratégia de
33 notificação a partir do segundo semestre, visando informar e envolver todos nas decisões que impactam
34 nosso orçamento. O Presidente pretende aprimorar nossa atuação na Fiscalização, estamos trabalhando na
35 estruturação desse processo. A partir do segundo semestre, pretendemos concentrar nossos esforços de
36 forma mais estratégica nessa área, o que, conseqüentemente, deverá resultar em uma melhoria nas
37 finanças do Conselho. Nossa meta é que, até o mês de dezembro, consigamos equilibrar as contas e
38 alcançar uma situação financeira positiva, superando os desafios que atualmente enfrentamos. **d)**
39 **Aprovação do balancete contábil do mês de março de 2025.** Após análise dos documentos que compõem o
40 relatório contábil do mês de abril e maio de 2025. Os documentos foram aprovados por unanimidade pela



41 Comissão de Tomada de Contas e Patrimônio e pela diretoria executiva e dado conhecimento a plenária. O
42 Tesoureiro solicitou que os documentos fossem encaminhados ao Conselho Federal para análise e
43 aprovação das nossas contas. **e) Inadimplência - Protesto em Cartório dos devedores:** O Presidente
44 informou que estamos atualmente implementando uma fase de protesto em cartório direcionada aos
45 devedores. Essa iniciativa é essencial para a manutenção da saúde financeira do Conselho, conforme
46 mencionou anteriormente. Neste sentido, estamos ampliando nossas ações para abarcar todas as regiões
47 dentro da nossa jurisdição. Inicialmente, o protesto estava restrito ao Distrito Federal, no entanto, com a
48 formalização de um novo convênio, conseguimos expandir essa prática para outros estados de nossa
49 jurisdição. **f) Compras de Passagens para o administrativo, diretoria executiva e apoio financeiro para a**
50 **realização do 40º Congresso Interamericano de Relações Públicas.** O Presidente informou sobre a
51 participação do Conselho no Congresso, que ocorrerá nos dias 24 e 26 de setembro de 2025, na Faculdade
52 Castro Líbero em São Paulo. Uma comitiva do Conselho irá representar a entidade no evento, composta
53 pelo Presidente, Raquel Zubiaurre, nossa Secretária-Geral, os servidores Tony Clebio e Maria Lúcia. Em
54 relação à logística, será realizada a compra das passagens para a equipe envolvida. Foi estabelecido um
55 acordo com os organizadores do congresso, que inclui um aporte financeiro de até R\$ 5.000,00 (cinco mil
56 reais), em contrapartida à concessão de descontos para os nossos registrados. Ressaltamos que uma das
57 funções do Conselho é apoiar eventos voltados à área de relações públicas, e esta participação é uma
58 excelente oportunidade para a promoção e fortalecimento da nossa atuação. Propomos que, na próxima
59 semana, seja emitida uma circular informativa para informar todos os registrados sobre os detalhes dos
60 descontos oferecidos em parceria com a organização do evento. É importante que todos os conselheiros
61 estejam cientes dessa iniciativa. **g) Contratação de Sistema de Gestão para o Conrerp6.** O Presidente
62 comentou que estamos nos aproximando da fase final e importante para o nosso conselho, que é a
63 contratação do novo sistema de gestão. Essa implementação será um marco significativo para a nossa
64 gestão, especialmente considerando que, atualmente, não contamos com um sistema informatizado
65 adequado. Nós estamos fazendo esforços em conjunto com o Conferp para a unificação dos sistemas
66 regionais, visando que todos operem em uma única plataforma. Estamos avançando com a contratação de
67 uma solução tecnológica que se revela fundamental para o nosso funcionamento diário. A implementação
68 deste sistema representa um grande passo em direção à organização interna do Conselho, facilitando a
69 gestão e o acesso à informação. Estamos confiantes de que essa iniciativa trará benefícios significativos
70 para todos os envolvidos. Com a implementação de um sistema que possibilitará trabalhar com a parte
71 contábil, financeira, administrativa, cobrança e fiscalização com o registro de denúncias no nosso site,
72 fortalecendo a transparência do Conselho. Essa conquista será de grande relevância, pois permitirá que
73 concentremos nossos esforços nas questões mais essenciais: fornecer respostas rápidas e adequadas aos
74 nossos registrados e realizar a fiscalização de maneira eficaz e eficiente. **4. Administrativo: a) Aprovação da**
75 **Portaria Conrerp6 nº 073/2025 – Que instala as Comissões do Conselho Regional de Profissionais de**
76 **Relações Públicas – Conrerp6 (6ª Região) define suas responsabilidades, determina suas funções,**
77 **nomeando seus membros e coordenadores (anexo).** Sobre os assuntos administrativos, foi informado que
78 o jurídico, representado pelo Gabriel Aranha, elaborou minutas para cada uma das comissões. No entanto,
79 durante uma conversa com o Presidente Aureliano, decidimos que seria mais eficiente consolidar todas as
80 comissões em uma única portaria. Assim, conforme forem surgindo novos membros, faremos as devidas



81 inclusões, visto que atualmente algumas comissões contam com somente uma ou duas pessoas. Por
82 exemplo, no caso do mercado, temos apenas o Antônio Carlos. Conforme mencionado anteriormente, foi
83 encaminhado no grupo a portaria para apreciação de todos. É imprescindível que aprovamos este
84 documento para que possa ser registrado em ata. Eventuais alterações poderão ser feitas no futuro,
85 conforme a entrada de novos membros e as necessidades identificadas. Além disso, temos uma portaria
86 que trata da nomeação de Bernardo e Antônio Carlos como apoiadores no âmbito institucional. O jurídico
87 foi encarregado de elaborar uma minuta a respeito. **B) Semana de RP da UFG e celebra os 50 anos do curso**
88 **de Relações Públicas** - O Conrerp6 foi representado institucionalmente pela secretária-geral Raquel
89 Zubiaurre Reschke e pelo Conselheiro e delegado regional em Goiás, Telmo Conconi, que participaram da
90 cerimônia de abertura e de outras atividades formativas. **C) Aprovação de contratação de um RP/Fiscal**
91 **para o Conselho em forma de contrato por tempo determinado.** Foi informado aos Conselheiros a
92 proposta do Presidente de contratar um Relações Públicas (RP) para atuar como fiscal do Conselho. A
93 importância dessa contratação, é muito importante no caso de processos de fiscalização, que é essencial
94 contar com um profissional qualificado para analisar os editais que abrem vagas para as outras áreas de
95 comunicação com atribuições de relações e sem a exigência de registro no Conselho. O Presidente
96 enfatizou a importância de entendermos que a fiscalização é uma questão delicada e intransferível. É
97 fundamental que essa atividade permaneça sob a responsabilidade do Conselho, uma vez que a atribuição
98 de fiscalizar nossos profissionais registrados é exclusiva dos conselheiros, exercendo assim o poder de
99 polícia que nos é confiado por lei. A terceirização dessa função não é permitida, pois tê-la em mãos
100 privadas poderia resultar em atos ilegais. Atualmente, não temos a capacidade de realizar um concurso
101 público para a contratação de fiscais. Portanto, nossa proposta é a contratação temporária de um
102 profissional que auxilie na comunicação do Conselho, e que também possa atuar na fiscalização, de acordo
103 com o que a legislação permite. Acreditamos que essa medida ajudará a melhorar a fiscalização e a
104 comunicação com os profissionais registrados, que é um de nossos principais desafios. Adicionalmente,
105 discutimos a necessidade de envolver o contador na elaboração deste contrato, visto que a contratação
106 desse profissional deverá seguir as normas da CLT, resultando em despesas adicionais. Assim, é crucial que
107 o assessor contábil nos informe sobre a viabilidade financeira dessa iniciativa. O professor Conselheiro
108 Marcos Aurelio levantou uma sugestão pertinente sobre a possibilidade de contratar um profissional que
109 trabalhe de forma remota, complementando com algumas visitas presenciais. Ele afirmou que essa
110 abordagem poderia reduzir os custos, permitindo uma análise fiscal e a realização de contatos à distância,
111 possivelmente desenvolvendo um plano de comunicação que atenda adequadamente às necessidades,
112 ressaltando que essa estratégia poderia gerar economia, incluindo a diminuição de despesas com
113 passagens. Reforçou a importância de identificar profissionais que atuam no mercado, mas que ainda não
114 estão registrados no conselho, enfatizando que a formalização é essencial para o setor. O Presidente
115 André Aureliano, agradeceu as contribuições onde ficou de considerar este novo formato de trabalho
116 online, que pode ser uma solução eficaz para otimização de recursos. O Conselheiro Telmo Conconi pediu
117 a palavra para comentar sobre a fiscalização dos profissionais de Relações Públicas. Frisou que surgiram
118 preocupações em relação à formação oferecida pela UFG, expressou descontentamento com a abordagem
119 dos professores, que, segundo ele, têm se mostrado mais voltados para a prática do que para a formação
120 teórica e profissional adequada dos alunos e destacou que não entende porque os professores da UFG,



121 não são registrados no conselho, se existe uma lei, uma liminar, um processo entravado para que isso seja
122 regularizado. O Presidente esclareceu que temos esse problema relacionado ao registro de professores na
123 UFG. A situação reflete uma tendência observada em outras instituições, onde professores não estão se
124 registrando no conselho, alegando que não são obrigados a fazê-lo. Essa questão está sendo discutida com
125 o MEC e estamos aguardando orientações jurídicas para elaborar um novo levantamento, visando reverter
126 essa decisão. É importante mencionar que essa decisão já foi abordada anteriormente e estamos
127 comprometidos em buscar soluções, em conjunto com o jurídico, que Solicitou à diretoria interna um
128 tempo adicional para aprofundar essa questão, pois não se trata de uma demanda isolada, mas sim de um
129 desafio que envolve todos os profissionais da área. O Conselheiro Gustavo Gusso comentou sobre a
130 questão do registro de professores no curso de relações públicas da UFG, destacando a reclamação do
131 Conselheiro Telmo Conconi sobre a falta de registro no Conselho dos professores da Universidade de
132 Goiás. Ele comentou ainda que, segundo o MEC, não é necessário que esses professores estejam
133 registrados em Conselhos de Classe, levantando dúvidas sobre suas credenciais, embora não se possa
134 obrigar os professores a se registrarem ou a pagarem anuidade, a ausência do registro é preocupante. Ele
135 sugere a possibilidade de fazer uma proposta para que esses educadores se registrem no conselho de
136 relações públicas, mesmo que sejam isentos da taxa, pois acredita que isso seria uma forma de reconhecer
137 a prática profissional desses docentes. O Jurídico frisou que o problema da jurisdição e o acesso às
138 informações judiciais, destacando a complexidade da uniformidade nas interpretações judiciais no Brasil,
139 dada a diversidade regional. Observou-se que a divergência nas decisões de juízes de diferentes seções
140 pode dificultar o acesso à justiça e que um entendimento de um juiz, no caso de uma jurisdição muito
141 grande com vários estados cada Juiz por exemplo o da sessão de São Luís, pode entender de uma forma ou
142 da sessão de Brasília entende de outra. O Tesoureiro Adriano Wambier mencionou que esse tema já foi
143 abordado em duas gestões anteriores, sem a concretização da proposta. A ideia era criar uma RN que
144 isentasse de anuidade os professores universitários da UFG, especialmente aqueles com dedicação
145 exclusiva, podendo posteriormente se expandir a outras unidades da Federação. Em nosso site, publicamos
146 uma matéria sobre a visita de uma comitiva da gestão anterior à UFG, onde conversaram com o
147 coordenador do curso de Relações Públicas, professores e o procurador da universidade sobre o assunto.
148 Confira a matéria: <https://www.conrerp6.org.br/2019/04/visita-a-universidade-federal-de-goias-ufg/> O
149 Presidente ressaltou compreender e compartilhar a angústia do Conselheiro Telmo Conconi, agradecendo
150 pela observação. Ele comentou que um dos primeiros atos de nossa gestão foi enviar uma correspondência
151 a todas as universidades sob a jurisdição do Conrerp6, visando estreitar laços com as instituições. A
152 universidade representa uma porta de entrada importante para acessarmos futuros profissionais e,
153 inclusive, para fiscalizar o mercado, proporcionando um retorno valioso. Outros Assuntos: **5) Processos
154 para avaliação:** Solicitamos aos delegados que observem os pedidos abaixo de cancelamento de registro,
155 do seu respectivo estado, se o profissional está sem exercer atividades de RP. **Processos nºs:** 2121/2025–
156 Caio de Oliveira Valois– Solicitação de Registro Definitivo (MA) 2122/2025 – Ariella Sousa carvalho–
157 Solicitação de Registro Definitivo (GO); 2123/2025 – Waldir Tomé - Solicitação de Aposentadoria (GO);
158 2124/2025 – José Mario do Carmo - Solicitação de Aposentadoria (PE); 2125/2025- Aretha Barros Silva -
159 Solicitação de Reenquadramento (AP); 2126/2025- Livia Ramos Soares - Solicitação de Cancelamento de
160 Registro (PA); 2127/2025 – Swellen Danuza Coqueiro – transferência do Conrerp6 para o Conrerp1;



2128/2025 – Ana Fernanda de Bortoli de Paula - Solicitação de Cancelamento de Registro (PR); 2129/2025 – Anna Paula Batista Melo - Solicitação de Cancelamento de Registro (GO); 2130/2025-Milena do Socorro Oliveira - Solicitação de Cancelamento de Registro (PA); 2131/2025- Roberta Simon- Solicitação de Cancelamento de Registro (PA);2132/2025- Rodrigo Machado Streb – Solicitação de Cancelamento de Registro (DF);2133/2025- Karla Torres Schuck - Cancelamento de Registro (PA); 2134/2025 - Renato Socorro Fernandes da Rocha - Cancelamento de Registro (AP); 2135/2025- Rita Sandra Alves Morais - Cancelamento de Registro (SP); 2136/2025- Adriana Milene Rodovalho -- Cancelamento de Registro (SP); 2137/2025- Alexandre José Catuzzo Marmentini - Cancelamento de Registro (AM); 2138/2025- Liliane Aparecida Barbosa - Solicitação de Aposentadoria (DF); 2139/2025 - Pedro Luiz Marcondes - Solicitação de Registro Definitivo (GO) 2140/2025- Erika Brito Silva - Solicitação de Registro Definitivo(DF) 2141/2025- Flaviana Maribondo Gonçalves - Transferência oriunda do Conrerp1 para o Conrerp6. Após análise os pedidos de registros foram aprovados. O Presidente fez uma observação sobre os pedidos de cancelamentos de registros onde destacou a preocupação com o alto número de cancelamentos de registro, frequentemente motivados por decisões de indeferimento de outras gestões relacionadas à interpretação das Resoluções Normativas. Essas resoluções têm gerado confusão quanto à questão financeira, especialmente no que diz respeito ao fato de que, em caso de débito, o pedido de cancelamento não isenta o profissional do pagamento das pendências. Embora uma cláusula indique que a regularização do débito é necessária para que o cancelamento seja solicitado, frequentemente isso gerava dúvidas, fazendo com que os pedidos de baixa fossem levados à reunião e indeferidos devido a débitos não regularizados. Com base na orientação do Jurídico, sob orientação do Gabriel Aranha, agora, se o profissional possui débitos, mas anexou toda a documentação exigida, o plenário poderá aprovar o cancelamento. Contudo, o débito existente persistirá e quaisquer processos judiciais correlatos seguirão seu curso normal. O Presidente também mencionou que há seis profissionais que solicitaram o cancelamento e que estão com dívidas, e estes pedidos serão deferidos, são eles: 2133/2025- Karla Torres Schuck - Cancelamento de Registro (PA); 2134/2025 - Renato Socorro Fernandes da Rocha - Cancelamento de Registro (AP); 2135/2025- Rita Sandra Alves Morais - Cancelamento de Registro (SP); 2136/2025- Adriana Milene Rodovalho -- Cancelamento de Registro (SP); 2137/2025- Alexandre José Catuzzo Marmentini - Cancelamento de Registro (AM); 2138/2025- Liliane Aparecida Barbosa - Solicitação de Aposentadoria (DF). Ele ressaltou que no Ofício que os profissionais receberão acerca da decisão da plenária, deve constar que a solicitação foi deferida, mas que o profissional ainda possui um débito a ser regularizado. Caso não o faça, ele estará sujeito a sanções legais. **6) Outros Assuntos: Palestra: Entre a Lei e a Profissão.** O Presidente Juntamente com Gabriel, anunciou a proposta de uma palestra no formato virtual para os conselheiros, aberta ao público interessado em entender o funcionamento do sistema e a atuação do conselho. Gabriel Aranha explicou que a proposta está sendo elaborada há algum tempo e consiste em uma breve exposição para introduzir o tema, com potencial para eventualmente desenvolver cursos, similar ao modelo da escola superior da advocacia da OAB em São Paulo, que utiliza a anuidade para financiar especializações. A formação visa esclarecer a função dos conselheiros, suas prerrogativas, e orientações sobre a advocacia administrativa, gestão de e-mails institucionais e questões relacionadas a fiscalizações e execuções fiscais. O objetivo é promover um diálogo enriquecedor sobre as responsabilidades e obrigações dos profissionais de relações públicas. O Presidente Andre Aureliano,



201 encerrou a reunião às 20h10 do dia 29 de julho de 2025, agradecendo a presença de todos e ressaltando a
202 importância das deliberações tomadas para o progresso das atividades. O Presidente agradeceu a presença
203 de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Raquel Zubiaurre
204 Reschke _____ Secretária-Geral, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e
205 os demais presentes.

206 André Aureliano de Sousa, Presidente;
207 Adriano Wambier Gusso - Tesoureiro;
208 Mateus Pacheco – Conselheiro Efetivo e Delegado/MA
209 Gustavo Gusso - Conselheiro Efetivo
210 Luiz Fernando de Souza - Conselheiro Efetivo
211 Telmo Octávio Veríssimo Conconi - Conselheiro Suplente e Delegado/GO
212 Elizabeth Dounis Vinchon, - Conselheira Suplente
213 Luciana Hage - Conselheira Suplente e Delegada/PA
214 Marcos Aurelio Duarte - Conselheiro Suplente

Observação: Esta é uma versão eletrônica. A ata original e assinada está disponível na sede do Conrerp 6ª Região, em Brasília.